

## POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

### META

Caracterizar historicamente a política educacional no Brasil desde o Império até a década de 1930.

### OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

escrever síntese histórica sobre a educação brasileira até os anos de 1930;  
compreender os mecanismos da intencionalidade dos sistemas de ensino implantados no Brasil.

### PRÉ-REQUISITOS

Conhecimentos básicos acerca da história do descobrimento do Brasil.



(Fonte: <http://www.usp.br>)

## INTRODUÇÃO

Vimos, na aula anterior, que a educação só pode ser convenientemente entendida quando exposta conjuntamente com uma análise sócio-econômica da sociedade. Vimos também que a política educacional estabelecida ao longo da história do Brasil não atingiu a maioria da população por uma série de fatores. Assim, uma retrospectiva histórica do descobrimento do Brasil é importante para revelar não só as principais ações dos estrangeiros nas diferentes regiões brasileiras, quando foram instaladas as Capitânicas Hereditárias – nesse particular, à região nordeste – a fim de explorarem nossas riquezas, como também os sistemas de ensino implantados para atender às necessidades vigentes.



## NO IMPÉRIO

Historicamente, no período colonial, o malogro do regime das capitâneas hereditárias, em 1532, levou D. João III a instituir um novo regime no Brasil. Em 1549, o primeiro Governador Geral Tomé de Souza chega nestas terras e, com ele, vieram os primeiros jesuítas, com a missão de catequizar e instruir os indígenas, chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega.

Como podemos notar, o início da educação do Brasil vem respondendo aos interesses políticos da metrópole, aos objetivos religiosos e políticos da Companhia de Jesus que se propunha a combater o protestantismo. Objetivamente, a intenção era a catequização dos indígenas para torná-lo mais submisso e obediente à ordem estabelecida, facilitando a colonização portuguesa.

Neste período, o modelo econômico iniciado é o agroexportador, que se fundamenta na organização da economia de produtos primários: açúcar, ouro, café, borracha e pau-brasil para o mercado externo. Ressalta-se, entretanto, que os referentes ciclos foram em época distintas.

A partir de 1580, foi desenvolvido um trabalho educacional secundário de pequeno alcance, pois era reservado, sobretudo para os filhos dos colonizadores e para a formação de novos sacerdotes. Segundo Ribeiro, “[...] a instrução, a educação escolarizada só podia ser conveniente e interessar a esta camada dirigente (pequena nobreza e seus descendentes) que, segundo o modelo de colonização adotado, deveria servir de articulação entre os interesses metropolitanos e as atividades coloniais” (1995, p. 20) já que a mão-de-obra das camadas inferiores não necessitava de qualificação.

No entanto, têm-se notícias de que, na Bahia, 15 dias depois da chegada dos jesuítas, já funcionava uma escola de ler e escrever. A política educacional estatal era inexistente, e a função da escola era a reprodução das relações de dominação e a reprodução da ideologia dominante.

Durante mais de dois séculos, os jesuítas propagavam sua fé, catequizavam índios e monopolizavam a educação no Brasil. Em 1759, porém, Marquês de Pombal expulsou os jesuítas por entender que o ensino dado por eles era um empecilho na conservação da unidade cristã e da sociedade civil, porque era detentora de um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo uma vez que eles educavam o cristão a serviço da ordem religiosa e não para atender aos interesses do país.

Assim, o sistema educacional que havia sido implantado, desmantelou-se. Todas as escolas foram fechadas. Apenas algumas subsistiram, como a Escola da Arte e Edificações Militares (1699), na Bahia; as Aulas de Artilharia (1738) no Rio de Janeiro; e os Seminários de São José e São Pedro (1739), no Rio de Janeiro. Todos foram organizados por uma orien-

tação rígida, dogmática, anti-científica e voltados para interesses religiosos e políticos da época.

Neste sentido, em vez de existir um único sistema de ensino, passaram a existir escolas leigas e confessionais com os princípios herdados do passado. Logo depois, surgiu o ensino público influenciado pelas idéias dos enciclopedistas franceses. O Marquês de Pombal pretendia modernizar o ensino, mas sem sucesso porque lhe faltavam recursos humanos, estruturais e materiais.



### ATIVIDADES

Escreva um parágrafo sobre a vinda dos jesuítas para o Brasil, destacando a sua contribuição.

### COMENTÁRIOS SOBRE A ATIVIDADE

Caro aluno, não se esqueça de que, com a chegada dos jesuítas no Brasil, algumas missões tiveram destaque no modo e na forma de organizar comunidades guaranis. Contudo, por força das ordens estabelecidas pela Igreja, muitas comunidades foram dizimadas até seu último habitante.

Com a vinda da família real para o Brasil, D. João VI foi obrigado a fazer uma reorganização administrativa com a nomeação dos titulares dos ministérios para os órgãos da administração pública e da justiça, para o Rio de Janeiro, então capital. Isto provocou o desenvolvimento da vida urbana de Vila Rica, Salvador e Recife.

A partir desta nova realidade, uma série de medidas atinentes ao campo intelectual, foi criada: a Imprensa Régia, em 1808; Biblioteca Pública, em 1810; Jardim Botânico do Rio, em 1810; Museu Nacional, em 1818. Em 1808, circulou o primeiro jornal *A Gazeta do Rio* e, em 1812, a primeira Revista Carioca *O Patriota*.

Como havia necessidade de maior preparo de pessoal, maior qualificação e diversidade, no campo educacional, foram criados os seguintes cursos: Academia Real de Marinha (1810); Academia Real Militar (1810), que, em 1858, passou a se chamar Escola Central; Escola Politécnica (1874), hoje Escola Nacional de Engenharia; Curso de Cirurgia, na Bahia (1808), onde se instalou o Hospital Militar; Cursos de Cirur-

gias e Anatomia, no Rio de Janeiro; Economia, na Bahia (1808); Agricultura (1812), com estudos de botânica e Jardim Botânico anexo; Química, em 1817, abrangendo química industrial, geologia e mineralogia e Desenho técnico, em 1818.

O Plano de Educação de 1812 de D. João VI estabeleceu que no 1º grau de instrução pública se ensinaria aqueles conhecimentos que a todos eram necessários, qualquer que fosse o seu estudo, e, no 2º grau, todos os conhecimentos que eram essenciais aos agricultores, os artistas e comerciantes.

A constituição de 1824 continha, apenas, princípios gerais sobre a gratuidade da instituição primária para todos os cidadãos e uma referência geral aos colégios e universidades. O Plano Nacional de Educação de 1826, por sua vez, recomendava insistir “particularmente, no conhecimento dos terrenos e dos produtos naturais de maior utilidade nos usos da vida”. Assim, a reforma de 1879, pelo Decreto nº. 7.247, estabeleceu que “[...] o ensino nas escolas primárias do 2º grau constaria da continuação e desenvolvimento das disciplinas no 1º grau”.

Com a Proclamação da República em 1889, o país se apresenta como uma nação pobre, com renda *per capita* muito baixa. A economia era caracterizada por uma atividade primária, prevalecendo o café no modelo agro-exportador. A República foi instaurada sob a influência do modelo americano (Estados Unidos do Brasil) e segundo a filosofia positivista (ordem e progresso). A República se fez por setores progressistas da sociedade auxiliada pelo exército, mas imediatamente reabsorvida pelas oligarquias que a dominam até a década de 30.

Após a 1ª Guerra Mundial, o Brasil teve seu primeiro surto de crescimento industrial. Cresceram, porém, as disparidades regionais. Terminada a Guerra, prosseguiu-se o processo de modernização (industrialização e urbanização), não havendo crescimento industrial no território brasileiro. Com o início do processo de industrialização, deu-se a proletarização das massas e a formação de classes médias urbana. Assim, no bojo da modernização do capitalismo dependente, houve a (re)acomodação dos segmentos e setores internos da sociedade na participação e na distribuição do poder.

A ideologia política oficial se nutria do progresso, da ação de transformação, da intervenção modernizadora do Estado, mas, de fato, as condições reais eram de tradição e de conservação da ordem, numa visão liberal do século XIX. Vários movimentos surgiram: socialismo, anarquismo, nacionalismo, catolicismo, tenentismo, modernismo e integralismo.

Durante as primeiras décadas do mencionado século, as relações de produção permaneceram as mesmas, persistiram as mesmas relações sociais. De certo modo, subsistiu o sistema escravista, mesmo após a abolição da escravatura no Brasil.

No campo educacional, a plataforma republicana defendia uma reforma onde a instabilidade política instaurada, após a proclamação, gerou uma série de reformas, mormente, quando, após 1889, aconteceu a separação entre Igreja e Estado e entre a liberdade de crença e o ensino nas escolas. Assim, surgiu a reforma Benjamin Constant em 1890 que subordinou o ensino secundário à União, uniformizando-se em âmbito nacional, estendendo-se, em 1902, aos colégios estaduais, municipais, e particulares com a reforma Epiácio Pessoa.

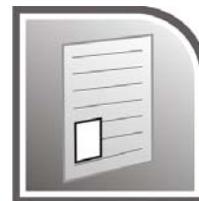
A reforma Rivadávia Correia, em 1911, sob a tese da liberdade de ensino, interrompeu a centralização normativa da União que foi retomada com as reformas Carlos Maximiliano, em 1915, e Luis Alves Rocha, em 1925, apesar de ficar restrita aos estabelecimentos oficiais onde a “administração federal continuou a manter um único estabelecimento de ensino secundário – Colégio Pedro II, modelo de organização para os equiparados, não tendo exercido o poder de criar estabelecimento desse nível nos estados. Em tais condições e estando os esforços do poder público estadual concentrado na área de educação popular, o ensino secundário permanecia até 1930 quase que totalmente entregue aos cuidados da iniciativa particular” (HAIDAR, 1998, p.78).

## CONCLUSÃO

Neste sentido, o processo educacional iniciado no Brasil teve a perspectiva de reproduzir a ideologia da classe dominante instalada nestas terras mediante a vinda dos jesuítas para o Brasil. Temos, até hoje, resquícios da educação jesuítica com a abordagem de ensino de caráter enciclopédico e tradicional em que prevalece a transmissão de conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade e conteúdos programáticos sem relação com o cotidiano. As formas de avaliar tinham a perspectiva de reprovar e a avaliação era realizada de forma tão rigorosa que o aluno que não memorizasse o conteúdo ditado pelo professor era considerado incapaz e incompetente. Apesar disso, o papel dos jesuítas foi fundamental para impulsionar a elaboração de outra proposta de ensino que atendesse ao interesse da sociedade daquela época que reclamava do Estado uma política pública para efetivar tal anseio.

## RESUMO

A política educacional iniciada no Brasil seguiu modelos estrangeiros na perspectiva de atender aos interesses de quem estava à frente do poder com uma série de reformas, a exemplos das Reformas do Marquês de Pombal; da Reforma Benjamim Constant, Reforma Epiácio Pessoa; Reforma Carlos Maximiniano e Luis Alves Rocha, todas com a intenção de organizar um sistema brasileiro de ensino. Assim, o ensino público aqui implantado foi efetivamente influenciado pelas idéias dos enciclopedistas franceses, a exemplo do pensamento de Marquês de Pombal, que pretendia modernizar o ensino, após expulsão dos jesuítas das terras brasileiras. No bojo do processo de modernização do capitalismo dependente, da (re)acomodação dos segmentos de setores internos da sociedade na participação e na distribuição do poder, os governantes foram ampliando as oportunidades educacionais, não por ser uma necessidade do povo brasileiro, mas por um mecanismo de atender às exigências internacionais.



## AUTO-AVALIAÇÃO

Sou capaz de elaborar uma síntese caracterizando alguns aspectos considerados relevantes para o entendimento do processo educativo implantado pelos jesuítas?



## PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, estudaremos sobre a política educacional brasileira no contexto da década de 1930.



## REFERÊNCIAS

- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo, 1986
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.
- REALE, Miguel. **ABC do integralismo**. São Paulo, 1937.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. A organização escolar. 14 ed. Campinas: São Paulo, 1995.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. **História administrativa do Brasil**. A política administrativa de D. João III. 2 ed. Brasília: Fundação Centro de Educação de Formação do Servidor Público/UnB, 1983.